

Conhecimentos Gerais

Leia o texto a seguir para responder as questões 01 e 02.

Eu sei, mas não devia

Marina Colasanti

Eu sei que a gente se acostuma. Mas não devia.

A gente se acostuma a morar em apartamentos de fundos e a não ter outra vista que não as janelas ao redor. E, porque não tem vista, logo se acostuma a não olhar para fora. E, porque não olha para fora, logo se acostuma a não abrir as cortinas. E, porque não abre as cortinas, logo se acostuma a acender mais cedo a luz. E, à medida que se acostuma, esquece o sol, esquece o ar, esquece a amplidão.

A gente se acostuma a acordar de manhã sobressaltado porque está na hora. A tomar o café correndo porque está atrasado. A ler o jornal no ônibus porque não pode perder o tempo da viagem. A comer sanduíche porque não dá para almoçar. A sair do trabalho porque já é noite. A cochilar no ônibus porque está cansado. A deitar cedo e dormir pesado sem ter vivido o dia.

A gente se acostuma a abrir o jornal e a ler sobre a guerra. E, aceitando a guerra, aceita os mortos e que haja números para os mortos. E, aceitando os números, aceita não acreditar nas negociações de paz. E, não acreditando nas negociações de paz, aceita ler todo dia da guerra, dos números, da longa duração. [...].

(Fonte:Disponível em: <<http://www.encantamentosliterarios.blogspot.com>>. Acesso em: 29 out. 2014.).

01- No título da crônica, “*Eu sei, mas não devia*”, o vocábulo *mas* é:

- a) Conjunção.
- b) Preposição.
- c) Adjetivo.
- d) Substantivo.

02- Qual a alternativa em que todas as palavras apresentam dígrafo:

- a) Fundos, está, jornal, dia.
- b) Eu, sei, comer, está.
- c) Outra, cochilar, sanduíche, sobre.
- d) Longa, outra, sobre, está.

03- A Reforma Ortográfica da Língua Portuguesa entrou em vigor em Janeiro de 2009. Assinale a alternativa incorreta sobre a nova ortografia.

- a) O acento agudo desapareceu nos ditongos abertos *ei* e *oi* das palavras paroxítonas.
- b) O alfabeto passa a ter 24 letras. Foram reintroduzidas as letras *x*, *w* e *y*.
- c) O uso do hífen permanece em compostos com os prefixos específicos: *ex-*, *vice-*.
- d) O hífen é empregado em compostos em que o prefixo termina em vogal e o segundo elemento começa por vogal igual.

04- Assinale a alternativa em que todos os vocábulos têm hiato.

- a) Saúde, farmácia, língua, palavra.
- b) Canoa, poeta, saúde, poesia.
- c) Baú, navio, hiato, polícia.
- d) Doença, poeta, olho, baú.

05- Assinale a alternativa em que há erro de concordância verbal:

- a) A multidão gritou pelo rádio.
- b) Estados Unidos é uma nação poderosa.
- c) Havia sérios problemas de saúde.
- d) Faziam cinco anos que não viajava mais.

06- No Windows 10, ao deletar um arquivo, este permanecerá na lixeira e poderá ser recuperado posteriormente. Para apagar um arquivo definitivamente utilizamos as teclas:

- a) Alt + Delete.
- b) Ctrl + Alt + Delete.
- c) Shift + Delete.
- d) Ctrl + Delete.

07- Quando queremos selecionar todo o texto no BROffice Writer, quais teclas de atalho devemos utilizar?

- a) Ctrl + T.
- b) Ctrl + A.
- c) Ctrl + B.
- d) Ctrl + O.

08- Dada a planilha:

The screenshot shows a LibreOffice Calc spreadsheet with the following data:

	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M	N	O	P	Q
1		1	5	4													
2		3	2	6													
3		2	6	3													
4		3	2	4													
5				=SE(B1>10;A3;C2)													
6																	
7																	
8																	
9																	
10																	
11																	
12																	
13																	
14																	
15																	
16																	
17																	
18																	
19																	
20																	
21																	
22																	
23																	
24																	
25																	
26																	
27																	
28																	
29																	
30																	
31																	
32																	
33																	
34																	
35																	
36																	
37																	

Aplicando-se a fórmula =SE(B1>10;A3;C2), teremos como resultado:

- a) 8.
- b) 2.
- c) 4.
- d) 6.

09- Analise as afirmativas abaixo sobre o município de Guatambu – SC e assinale a alternativa correta:

I- Segundo um registro do cartório de imóveis de Chapecó, instalou-se uma serraria no Porto Chalana (hoje povoado pertencente a Guatambu) datado de 1911" (SILVA, 1998, p.21) e vários depoimentos orais comprovam a existência da comunidade desde o final do século XIX e os primeiros anos do século XX.

II- A Fazenda Faxinal do Tigre como era conhecido o município, tinha abundância de madeira para exploração e fácil acesso para a fuga dos foragidos da Revolução Federalista (1893), bastando atravessar o Rio Uruguai para estarem salvos desta e outras Guerras Políticas. Por consequência de disputas políticas, no ano de 1921 recebe o nome de Lauro Müller, em homenagem ao Governador Catarinense.

III- O mesmo Rio foi o responsável pelo intenso tráfego de balsas conduzidas por balseiros nos anos 40, 50 e 60. Profissão que ajudou a região crescer e se desenvolver com o escoamento de madeiras (inclusive o Pau Marfim ou Guatambu) para a Argentina. Foi devido a essa atividade econômica que, Lauro Müller passa a ser chamado de Guatambu em 1938, e é elevado à categoria de Vila, pertencente a Chapecó.

IV- As décadas seguintes foram marcadas pela diminuição da atividade madeireira por balsas. Com o avanço do capitalismo e o surgimento de novas tecnologias e aberturas de estradas de rodagem, a madeira passa a ser transportada por terra. Assim, a comunidade de Guatambu passa a desenvolver a agricultura em escala maior, acelerando o processo de extração da Erva-Mate, criação de Suínos e Aves.

V- Nos anos 90 intensificou-se o movimento Pró-emancipação e em 1992 (Decreto nº8482 de 12/12/1992) após plebiscito, é criado o Município de Guatambu, desmembrado de Chapecó, com uma área de 205.58 Km². Atualmente é o 3º município que mais cresce na região da Associação dos Municípios do Oeste de Santa Catarina, e recebe o nome de capital catarinense na produção de matrizes de peru.

(Fonte: www.guatambu.sc.gov.br/municipio/index/codMapaltem/8182).

- a) Apenas as afirmativas I, II e III estão corretas.
- b) Apenas as afirmativas II, III e V estão incorretas.
- c) Apenas a afirmativa I, II, III e IV estão corretas.
- d) Apenas a afirmativa I, II e V estão incorretas.

10- Abaixo alguns trechos do Hino de Santa Catarina.

Trecho 1-

Sagremos num hino de estrelas e flores
Num canto sublime de glórias e luz
As festas que os livres frementes de ardores
Celebram nas terras gigantes da cruz

Trecho 2-

Que é berço de glórias e berço de heróis
Levanta-se em ondas de luz deslumbrante
O Sol, Liberdade cercada de sóis
Pela força do Direito
Pela força da Nação
Cai por terra o preconceito
Levanta-se uma Nação

Trecho 3-

O povo que é grande, mas não vingativo
Que nunca a justiça e o Direito calou
Com flores e festas deu vida ao cativo
Com festas e flores o trono proclamou

Trecho 4-

Quebrou-se algema do escravo
E nesta grande Nação
É cada homem um bravo
Cada bravo um cidadão

Sobre esses trechos do hino de Santa Catarina podemos afirmar que:

- a) Apenas o trecho 3 esta incorreto.
- b) Apenas os trechos 1 e 4 estão corretos.
- c) Apenas os trechos 1 e 3 estão incorretos.
- d) Todos os trechos estão corretos.

11- Sobre Guerra do Contestado podemos afirmar, exceto que:

- a) A Guerra do Contestado foi um conflito armado entre a população cabocla e os representantes dos poderes estadual e federal brasileiro travado entre outubro de 1912 a agosto de 1918, numa região rica em erva-mate e madeira, disputada pelos estados brasileiros do Paraná e de Santa Catarina.
- b) Originada nos problemas sociais, decorrentes principalmente da falta de regularização da posse de terras e da insatisfação da população hipossuficiente, numa região em que a presença do poder público era pífia, o embate foi agravado ainda pelo fanatismo religioso, expresso pelo messianismo e pela crença, por parte dos caboclos revoltados, de que se tratava de uma guerra santa.
- c) A região fronteira entre os estados do Paraná e Santa Catarina recebeu o nome de Contestado devido ao fato de os agricultores terem contestado a doação que o governo brasileiro fez aos madeireiros e à Southern Brazil Lumber & Colonization Company. Como foi uma região de muitos conflitos, ficou conhecida como Contestado, por ser uma região de disputas de limites entre os dois estados brasileiros.
- d) O governo federal não viu com bons olhos o trabalho de José Maria, que passou a representar um risco para a ordem e segurança da região. Ele e seus seguidores foram severamente reprimidos pelas multinacionais e pela guarda armada do governo federal. Eles pretendiam dar fim aos povoados sertanejos e obrigá-los a sair por bem ou por mal dos territórios dos quais haviam tomado posse. No mês de novembro de 1912 ocorreu a batalha de Irani, o qual marcou este conflito e desencadeou na morte do monge José Maria.

12- De acordo com o Art. 22 e incisos da Lei Orgânica de Guatambu não perderá o mandato o Vereador:

- a) Que deixar de comparecer, em cada Sessão Legislativa, à terça parte das sessões ordinárias da Câmara, salvo se em licença ou missão autorizada pela Câmara.
- b) Licenciado pela Câmara por motivo de doença sem prejuízo da remuneração, ou sem remuneração no interesse particular, desde que, neste caso, o afastamento não ultrapasse cento e vinte dias por Sessão Legislativa.
- c) Que perder ou tiver suspensos os direitos políticos.
- d) Quando o decretar a Justiça Eleitoral, nos casos previstos na Constituição Federal.

13- Conforme art. 96 e seus parágrafos, da Lei Orgânica de Guatambu, se o Município cumprir os requisitos da Constituição Federal e da legislação aplicável, poderá implantar sistema de previdência social, atendendo aos princípios previstos naquela Carta, garantida a participação dos servidores na gestão e no controle. Assinale a alternativa incorreta:

- a) A inscrição na entidade de previdência do Município é compulsória para os casos de cargo de provimento efetivo.
- b) Os servidores ocupantes, exclusivamente, de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração bem como de outro cargo temporário ou de emprego público, aplica-se obrigatoriamente o Regime Geral de Previdência Social.
- c) O cônjuge ou companheiro de servidora e o cônjuge ou companheira de servidor segurados são considerados seus dependentes e terão direito à pensão previdenciária, na forma da lei.
- d) O Município deverá instituir plano de assistência, com inscrição obrigatória, a seus servidores e dependentes.

14- De acordo com o artigo 150 da Lei Orgânica de Guatambu, assinale a alternativa correta:

- a) A lei criará, no âmbito do Município, uma instância colegiada de caráter deliberativo: o Conselho Municipal de Saúde, composto por representação partidária de membros do Governo e da Sociedade, atuando na formulação de estratégias e no controle de execução de política de saúde no âmbito municipal, inclusive nos aspectos econômico e financeiro, sem prejuízo das funções do Poder Legislativo.
- b) A lei criará, no âmbito do Município, uma instância colegiada de caráter deliberativo: o Conselho Municipal de Saúde, composto por representação paritária de membros do Governo e da Sociedade, atuando na formulação de estratégias e no controle de execução de política de saúde no âmbito municipal, inclusive nos aspectos econômico e financeiro, sem prejuízo das funções do Poder Legislativo.
- c) A lei criará, no âmbito do Município, uma instância colegiada de caráter recreativo: o Conselho Municipal de Saúde, composto por representação paritária de membros do Governo e da Sociedade, atuando na formulação de estratégias e no controle de execução de política de saúde no âmbito municipal, inclusive nos aspectos econômico e financeiro, sem prejuízo das funções do Poder Executivo.
- d) A lei criará, no âmbito do Município, uma instância colegiada de caráter deliberativo: o Conselho Municipal de Saúde, composto por representação partidária de membros do Governo e da Sociedade, atuando na formulação de estratégias e no controle de execução de política de saúde no âmbito municipal, inclusive nos aspectos econômico e financeiro, sem prejuízo das funções do Poder Executivo.

15- Conforme o art. 5º da Constituição Federal, todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos dos incisos I a LXXVIII desse artigo. Assinale a alternativa incorreta:

- a) O Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos.
- b) Conceder-se-á mandado de injunção sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania.
- c) Qualquer cidadão é parte legítima para propor ação civil que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, ficando o réu, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência.
- d) Ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal.

Conhecimentos Específicos

16- Considere a seguinte situação hipotética. Veículos da imprensa local de Guatambu noticiam que, em recente licitação para aquisição de medicamentos para distribuição à população, teria havido irregularidades, como a exigência de certas especificações que somente uma determinada empresa farmacêutica poderia cumprir, além de indícios de que haveriam sido, supostamente, pagos valores a agentes públicos envolvidos no processo de aquisição.

Diante de tais fatos, a Câmara Municipal poderá instaurar?

- a) Comissão de Representação.
- b) Comissão Processante.
- c) Comissão Parlamentar de Inquérito.
- d) Comissão Investigativa.

17- O Poder Legislativo tem o prazo de sessenta (60) dias, a contar do recebimento do parecer prévio do Tribunal de Contas, para julgar as contas do Prefeito, mediante a observação, entre outros, do seguinte preceito:

- a) Sejam aprovadas ou reprovadas as contas, elas sempre serão imediatamente remetidas ao Ministério Público, para os devidos fins.
- b) O parecer do Tribunal de Contas somente poderá ser rejeitado por decisão de 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara.
- c) Serão publicados, na íntegra, o parecer do Tribunal de Contas e a respectiva decisão da Câmara, mas somente no caso de rejeição das contas do Prefeito.
- d) O parecer do Tribunal de Contas somente poderá ser rejeitado por decisão de 3/5 (três quintos) dos membros da Câmara.

18- Acerca do controle da Administração Pública, é correto afirmar que:

- a) A representação é a forma pela qual o servidor público, exclusivamente, pode levar ao conhecimento da Administração qualquer irregularidade de que tenha conhecimento.
- b) O controle administrativo consiste no acompanhamento e na fiscalização dos atos administrativos, sendo prerrogativa privativa do Poder Executivo.
- c) Uma das atribuições do controle interno é servir como órgão de assessoramento da autoridade administrativa, visando assegurar a legalidade e a eficiência da gestão.
- d) O controle externo apoia o controle interno por meio da realização de auditorias nas contas dos responsáveis pelo órgão ou pela entidade a que esteja vinculado.

19- Segundo previsto pela Lei Federal nº 8.666/93, a autoridade administrativa competente poderá revogar uma licitação:

- a) Por razões de interesse público decorrentes de fato prévio, devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta.
- b) Em razão de fato superveniente, mas antes da homologação e da adjudicação e desde que sejam observados o contraditório e a ampla defesa.
- c) Por motivo de interesse público, após a contratação, não gerando para a Administração a obrigação de indenizar, exceto por prejuízos comprovados.
- d) Por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente, devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta.

20- A realização de auditorias sobre atos ou contratos administrativos que ainda estão sendo executados – como o acompanhamento, por auditoria do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, de uma obra de saneamento que estiver sendo executada pelo Município de Guatambu – pode ser classificada como um controle:

- a) Concomitante.
- b) Interno.
- c) Judicial.
- d) Prévio.

21- As receitas orçamentárias:

- a) Devem ser registradas pelo regime de competência, de acordo com o disposto na Lei no 4.320/1964.
- b) Podem implicar ou não em uma variação do patrimônio líquido do ente federado.
- c) Decorrentes do recebimento de aluguéis de imóveis pertencentes ao ente público são classificadas como receitas de capital.
- d) Incluem os ingressos decorrentes de cauções e depósitos efetuados por pessoas jurídicas de direito privado em decorrência de sua participação em uma licitação da unidade federada.

22- De acordo com a IN20/TCE-SC, em seu Art. 7º, a prestação de contas anual apresentada pelo prefeito deve ser encaminhada até o dia?

- a) 01 de Fevereiro do exercício seguinte.
- b) 28 de Fevereiro do exercício seguinte.
- c) 30 de Janeiro do exercício seguinte.
- d) 30 de Março do exercício seguinte.

23- Em concordância com o ART 17º, §2º da IN 20/TCE-SC, a prestação de contas anual de gestão, deve ficar disponibilizada no sitio oficial na internet pelo prazo de?

- a) 05 cinco anos.
- b) 03 três anos.
- c) 08 oito anos.
- d) 10 dez anos.

24- Conforme o ART 6º da lei 10520/02, o prazo de validade das propostas da modalidade pregão é de?

- a) 30 trinta dias.
- b) 60 sessenta dias.
- c) 90 noventa dias.
- d) 120 cento e vinte dias.

25- De acordo com o ART. 54 da Lei 101, LRF, ao final de cada quadrimestre será emitido pelos titulares dos Poderes e órgãos referidos no art. 20 Relatório de Gestão Fiscal, assinado pelo:

- a) **I** - Chefe do Poder Legislativo;
II - Presidente e demais membros da Mesa Diretora ou órgão decisório equivalente, conforme regimentos internos dos órgãos do Poder Legislativo;
III - Presidente de Tribunal e demais membros de Conselho de Administração ou órgão decisório equivalente, conforme regimentos internos dos órgãos do Poder Judiciário;
IV - Chefe do Ministério Público, da União e dos Estados.

- b) I - Chefe do Poder Judiciário;
II - Presidente e demais membros da Mesa Diretora ou órgão decisório equivalente,
III - Presidente de Tribunal.
IV - Chefe do Ministério Público, da União e dos Estados.
- c) I – Presidente da Câmara;
II - Presidente e demais membros da Mesa Diretora ou órgão decisório equivalente;
III - Presidente de Tribunal;
IV - Chefe do Ministério Público, da União e dos Estados.
- d) I - Chefe do Poder Executivo;
II - Presidente e demais membros da Mesa Diretora ou órgão decisório equivalente, conforme regimentos internos dos órgãos do Poder Legislativo;
III - Presidente de Tribunal e demais membros de Conselho de Administração ou órgão decisório equivalente, conforme regimentos internos dos órgãos do Poder Judiciário;
IV - Chefe do Ministério Público, da União e dos Estados.

26- De acordo com o conceito de Contabilidade Pública, seu objetivo principal é?

- a) O lucro.
- b) A Gestão.
- c) O Aumento do Patrimônio.
- d) O prejuízo.

27- A Contabilidade Pública Registra?

- a) A previsão de Receita e a fixação de Despesa.
- b) O ativo e o Passivo.
- c) O patrimonial e a depreciação.
- d) Os restos a pagar e as contas a pagar.

28- De acordo com o artigo 4º inciso VIII da Lei Federal 10.520/2002, no curso da sessão, o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até que percentual superior àquela poderão fazer novos lances verbais e sucessivos, até a proclamação do vencedor?

- a) 3%.
- b) 5%.
- c) 10%.
- d) 15%.

29- No ART.11 da INTCE/ 21, a fiscalização dos contratos e instrumentos congêneres obedecerá aos critérios de?

- a) Relevância, risco, materialidade e oportunidade.
- b) Irrelevância, simplicidade, competitividade e isonomia.
- c) Impessoalidade, principalidade, necessidade e relevância.
- d) Isonomia, competitividade, relevância e necessidade.

30- As informações geradas pelo sistema e-SFINGE serão encaminhadas ao TCE/SC:

- a) Bimestralmente.
- b) Anualmente.
- c) Quadrimestralmente.
- d) Mensalmente.

31- De acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal 101/2000 no seu art. 19, a despesa total com pessoal do PODER EXECUTIVO, não poderá ultrapassar os percentuais da receita corrente líquida em:

- a) 54%.
- b) 60%.
- c) 53%.
- d) 58%.

32- Em conformidade com a Lei de Licitações 8.666/93, atualizada pelo decreto 9.412/2018 o novo valor da modalidade de licitação carta convite para compras e serviços na administração pública é de:

- a) R\$350.000,00
- b) R\$300.000,00
- c) R\$330.000,00
- d) R\$320.000,00

33- Conforme site <http://portal.esocial.gov.br/noticias/publicado-novo-cronograma-do-esocial> notícia o seguinte: *O Comitê Diretivo do eSocial publicou a Resolução CDES nº 05 no DOU desta sexta-feira (5/10/2018), que alterou a Resolução CDES nº 02 e definiu novos prazos para o envio de eventos para o eSocial, com o objetivo de aperfeiçoar o processo de implantação do sistema. Após a conclusão da sua 1ª etapa, que envolveu as 13.115 maiores empresas do País, foi possível fazer um diagnóstico conclusivo das reais dificuldades que as empresas enfrentam para ajustar seus sistemas e processos ao novo modelo de informação. A nova norma atende demandas das entidades representativas dos contribuintes que solicitaram, em diversos expedientes, ampliação dos prazos do processo de implantação do sistema. Conforme informações disponíveis no site oficial do Portal sobre eSocial, podemos afirmar que:*

- a) Por meio desse sistema, os empregadores passarão a comunicar ao Governo, de forma unificada, as informações relativas aos trabalhadores, como vínculos, contribuições previdenciárias, folha de pagamento, comunicações de acidente de trabalho, aviso prévio, escriturações fiscais e informações sobre o FGTS.
- b) A transmissão eletrônica desses dados implicará na prestação das informações referentes às obrigações previdenciárias, que de certa forma aumentará a burocracia para as empresas e entes públicos.
- c) A prestação das informações ao eSocial não substituirá o preenchimento e a entrega de formulários e declarações separados a cada ente.
- d) A obrigatoriedade de utilização desse sistema para os empregadores dependerá de Resolução do Comitê Gestor do eSocial, conforme decreto 8373/2014, que definirá o cronograma de implantação e transmissão das informações por esse canal, sendo que os entes públicos não necessitarão implantar o mesmo.

34- O Plano Plurianual (PPA) é o instrumento que estabelece as diretrizes, os objetivos e metas da administração pública, para um período de 04 anos. Assim, são competências do PPA, EXCETO:

- a) Estabelecer as diretrizes, ou seja, as linhas gerais que desenham o Plano Plurianual.
- b) Estabelecer a política de aplicação das agências oficiais de fomento.
- c) Estabelecer as metas que representam, para cada um dos objetivos, as parcelas de resultado que se pretende alcançar no período de vigência do Plano Plurianual.
- d) Estabelecer a previsão de todas as receitas a serem arrecadadas no exercício financeiro.

35- De acordo com o Art. 35º, parágrafo 2º, § II da CF o prazo para envio da LDO ao legislativo é:

- a) 08 meses e meio antes do encerramento do exercício.
- b) 07 meses e meio antes do encerramento do exercício.
- c) 07 meses antes do encerramento do exercício.
- d) 08 meses antes do encerramento do exercício.

36- Créditos adicionais são as autorizações de despesa não computadas ou insuficientemente dotadas na Lei de Orçamento. Os créditos adicionais, que se destinam a despesas para as quais não há dotação orçamentária específica, como um novo projeto que visa atender a um objetivo não previsto no orçamento, são classificados como:

- a) Suplementares.
- b) Ordinários.
- c) Especiais.
- d) Extraordinários.

37- O Anexo de Riscos Fiscais é parte da Lei de Diretrizes Orçamentárias. Além dos riscos capazes de afetar as contas públicas, nele será avaliado também:

- a) O risco de inadimplência dos valores a receber.
- b) Os passivos contingentes.
- c) As provisões constituídas.
- d) A recuperabilidade dos ativos.

38- Baseado nas Demonstrações Contábeis aprovadas para o Setor Público (DCASP), aprovadas pelo Manual de Contabilidade aplicada ao Setor Público (MCASP), assinale a alternativa que identifica a demonstração contábil que evidencia as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e que indica o resultado patrimonial do exercício.

- a) Balanço Financeiro.
- b) Balanço Patrimonial.
- c) Demonstração dos Fluxos de Caixa.
- d) Demonstração das Variações Patrimoniais.

39- Segundo a STN, o MCASP além de contribuir para resgatar o objeto da contabilidade como ciência veio colaborar com o processo de elaboração e execução do orçamento. Qual corresponde de forma correta ao item da alternativa:

- a) Bens.
- b) Direitos.
- c) Patrimônio.
- d) Obrigações.

40- Em cumprimento ao § 4 do art. 9º da LRF, quais são as metas fiscais a serem avaliadas a cada quadrimestre pela administração pública:

- a) Receita, Despesa, Resultado Primário, Resultado Nominal e Montante da dívida.
- b) Receita, Déficit, Superávit, Resultado Patrimonial e Montante da Dívida.
- c) Receita, Despesa, Déficit, Resultado Nominal e Montante da Dívida.
- d) Receita, Despesa, Resultado Primário, Resultado Operacional e Montante da Dívida.